

O AUSTIN DO QUAL A LINGÜÍSTICA NÃO TOMOU CONHECIMENTO E A LINGÜÍSTICA COM A QUAL AUSTIN SONHOU

KANAVILLIL RAJAGOPALAN
(UNICAMP)

Na história da investigação humana, a filosofia tem o lugar central do Sol do princípio, seminal e tempestuoso; de tempos em tempos, ela despeja partes de si que vão se estabelecer como uma ciência, um planeta, frio e bem regulado, evoluindo com determinação, para um longínquo estado final. Isso ocorreu há muito tempo por ocasião do nascimento da matemática, e de novo com o nascimento da ciência da física; apenas no século passado testemunhamos o mesmo processo de novo, lento e ao mesmo tempo quase imperceptível, no nascimento da ciência da lógica matemática, graças ao trabalho conjunto de filósofos e matemáticos. Não seria possível que o próximo século presenciasse, graças a esforços conjugados de filósofos, gramáticos, e muitos outros estudiosos da linguagem, o nascimento de uma verdadeira e abrangente ciência da linguagem? Teremos então nos desvencilhado de mais uma parte da filosofia (ainda sobrarão muita coisa) na única maneira que temos de desfazer da filosofia, que é chutando-a para cima.

J.L. Austin (1911-1960)

É impossível ignorar a derradeira influência que J.L. Austin tem exercido sobre os rumos da Lingüística contemporânea. Praticamente tudo o que se faz hoje em dia na área de Pragmática, o subdomínio da Lingüística que mais cresceu nas últimas duas ou três décadas, traz marcas inconfundíveis do pensamento desse filósofo inglês.

Contudo, conforme venho sustentando já há algum tempo¹, é no mínimo dúbio o aproveitamento que a Lingüística tem feito das idéias filosóficas de Austin (Cf.

¹ As reflexões apresentadas neste trabalho - algumas das quais já divulgadas em outras oportunidades - são fruto de uma linha de pesquisa que venho realizando desde o final da década de 70 e que, nos últimos anos, conta com o apoio do CNPq na forma de uma bolsa de pesquisa (Processo nº 306151/88-0). Meus agradecimentos a Viviane Veras e Dercir Pedro de Oliveira pela leitura crítica de uma versão anterior deste texto, e pela revisão da redação.

Rajagopalan, 1983, 1984, 1989, 1990, 1992, 1994). O presente trabalho tem por objetivo (a) falar de um outro Austin, um Austin que ficou completamente ignorado em meio ao entusiasmo exagerado no sentido de instrumentalizar seus conceitos e categorias verificado nos últimos tempos e (b) especular sobre as perspectivas para a Lingüística a partir de um contato com este outro Austin.

AUSTIN E A PRAGMÁTICA LINGÜÍSTICA

É certo que o termo ‘Pragmática’ em si foi cunhado e posto em circulação pelos estudiosos da área de Semiótica, notavelmente pelo norte-americano Charles Morris, na esteira do trabalho pioneiro do seu conterrâneo Peirce. E é igualmente incontestável que Austin demonstrou pouco interesse em identificar seu próprio trabalho sob o rótulo de ‘Pragmática’ e fez questão de se distanciar do movimento de Pragmatismo² cuja história se confunde, ao menos nos Estados Unidos, a sua terra natal, com a história da difusão de trabalhos em Pragmática.

Todavia, trata-se de um erro afirmar, como o fazem certos autores de livros introdutórios sobre o assunto, que as investigações de ordem pragmática na Lingüística deram-se no rastro de trabalhos pioneiros no campo da Semiótica. Como afirmam Haberland e Mey (1977:1), “A ciência do uso da linguagem não tem nenhuma ligação direta com o uso histórico do termo”. O fato é que a questão pragmática surgiu na Lingüística em razão do intenso intercâmbio que houve entre esta e a Filosofia, sobretudo da inspiração austro-anglo-americana (a assim-chamada ‘Filosofia Analítica’). Tanto isso é verdade que a linha divisória que separa os linguistas que se interessam pela questão da significação e os filósofos que se interessam pela linguagem está se tornando cada vez mais tênue e, no entendimento de muitos acadêmicos, uma barreira puramente institucional³.

Convém ressaltar o papel importante que coube ao filósofo e lógico Rudolf Carnap, um dos mais influentes defensores do movimento chamado ‘Positivismo Lógico’. Fiel seguidor e admirador de Frege e Russell, com quem compartilhou o sonho logicista, Carnap abordou a Pragmática como a subárea de investigação onde se faz referência explícita ao falante, isto é, ao usuário da língua. A Semântica e a Sintaxe seriam, por sua vez, frutos de uma abstração progressiva, isto é, no caso da primeira, concentrar-se-ia nas expressões lingüísticas e seus respectivos *designata*, deixando de lado qualquer menção ao usuário, ao passo que, no segundo caso, toda a atenção recairia exclusivamente sobre as relações entre as expressões em si, esquecendo para tal fim tanto do usuário como dos *designata*.

² Trata-se de um movimento filosófico associado aos nomes como William James, F.C.S. Schiller, e John Dewey, além do próprio C.S. Peirce. Este último, porém, acabou distanciando-se dos outros e, por achar que o próprio termo “pragmatismo” havia sido distorcido demais, começou a usar o novo termo “pragmaticismo” para designar seu próprio trabalho. Hoje em dia, a maior expressão do movimento é o filósofo norte-americano Richard Rorty.

³ Como afirma Searle (1975: 90): “There are now a large number of topics which are construable as common territory of either philosophy or linguistics; for example, presupposition, conversational implicature, meaning, modality, and reference - to mention just a few.”

Para Carnap, a Sintaxe é antes e em sua verdadeira essência, a sintaxe lógica. Conseqüentemente, o cerne, o âmago da linguagem é a lógica. Na passagem da Sintaxe para a Pragmática, via a Semântica, haveria um certo “afrouxamento” da exatidão que só a lógica matemática seria capaz de nos assegurar. Quando o autor de um livro relativamente recente sobre falácias da vida cotidiana afirma que “Sem dúvida podemos, sem cairmos em contradição, fazer sentido da idéia de que a pragmática, enquanto área de estudo, é, num certo sentido, ‘menos formal’ do que a semântica” (Walton, 1987: 294-5), está ele apenas confirmando a forte influência do pensamento carnapiano até os dias de hoje.

Por um lado, o sonho de, quem sabe, um dia a linguagem humana vir a ser inteiramente regida pela lógica em todo o seu esplendor matemático (e, lembre-se de que a matemática foi considerada por Leibniz como a linguagem através da qual o próprio Deus se comunica!) - ainda que, para conseguir tal proeza, fosse necessário colocar a linguagem na proverbial cama de Procrusto. O nome que se dá a esse sonho é ‘Positivismo Lógico’. Por outro lado, e em reação direta ao primeiro, a tentativa de repensar o próprio ‘cerne’, partindo de uma convicção de que a polpa e a casca não podem ser descartadas como um simples adendo à semente, ou ainda, quem sabe, de um pensamento de que a metáfora no caso talvez tenha nos despistado das questões mais importantes.

Da tensão acima referida, nasce, por volta da década de 30 do nosso século, o movimento chamado ‘Filosofia da Linguagem Ordinária’. E esse movimento que começou na Universidade de Oxford na Inglaterra, tem na pessoa de J.L. Austin, seu maior e mais respeitado defensor. Sua crítica implacável da doutrina positivista acha-se documentada na obra *Sense and Sensibilia* (Austin, 1962a), na qual o autor desfecha contra-argumentos dos mais contundentes à tese defendida pelo seu conterrâneo A.J. Ayer, acerca da questão de aparências e percepção. Este último é, por sinal, alguém que é tido como o apóstolo do Positivismo Lógico na Grã-Bretanha.

Cabe lembrar, contudo, que a obra mais lida, comentada, e citada de Austin, e certamente a que mais influenciou os rumos da Lingüística nos últimos tempos, é *How to Do Things with Words*. Afinal, o nome do filósofo é imediatamente associado ao termo ‘atos de fala’, tema central das XII conferências proferidas na Universidade de Harvard nos E.U.A., cujos manuscritos (devidamente revisados postumamente) compõem os XII capítulos do livro. E, sem sombra de dúvida, o conceito de “ato de fala” está entre os conceitos mais fecundos dos últimos tempos, não só na área de Lingüística, mas em áreas conexas das mais variadas tais como a Psicologia, a Sociologia, a Teoria Literária, e, quem diria, a Economia e até mesmo o Direito - sem falar, é claro, da própria Filosofia.

É justamente aqui que urge uma ressalva que se constitui em um ponto chave para este ensaio. O conceito de ato de fala, tal qual ele vem sendo trabalhado e divulgado, é algo que passou pelo crivo de uma re-leitura de Austin nas mãos de seu mais ilustre discípulo, o filósofo norte-americano John R. Searle, por muitos considerado como “o herdeiro intelectual legítimo do mestre inglês” (Cf. Rajagopalan, 1995). Ou seja, é preciso não perder de vista o fato de que uma grande parte daquilo que vem sendo

creditado a Austin é na verdade fruto dessa re-leitura da sua filosofia, a qual venho me referindo como a “leitura oficial”.

O AUSTIN QUE SEARLE NOS APRESENTOU

A “leitura oficial” de Austin, aquela que Searle promoveu e divulgou dentro e fora do âmbito da filosofia, tem como o primeiro pressuposto a idéia de que a obra de Austin é uma obra inacabada. Como prova disso são apontados fatos históricos como o da morte súbita do filósofo que obrigou a editora do livro a entregar os manuscritos de Austin a terceiros para serem revistos e as vezes ‘completados’ com auxílio de anotações feitas por diversas pessoas, assim como o de que as idéias veiculadas ao longo da série de conferências em Harvard já vinham sendo cuidadosamente trabalhadas por Austin desde o princípio da década de 40, se não antes, isto é, ao longo de quase quinze ou vinte anos (dando a entender que o texto final certamente teria sofrido modificações substanciais se o Destino assim o permitisse). Acrescentam-se a esses fatos ‘históricos’ argumentos igualmente contundentes como o de que o estilo coloquial de Austin denuncia idéias em formação e a espera de transformação (Cf. Rajagopalan, 1993), ou, o de que as freqüentes exclamações do tipo “Devemos começar tudo de novo”, “Voltamos, pois, à estaca zero” (Austin, 1962b), que Austin faz o tempo todo ao longo das conferências, são claros indícios de que, na melhor das hipóteses, o filósofo estava, nesses momentos, “pensando em voz alta”, estando, portanto, bem longe do momento de elaboração de uma tese bem articulada e acabada.

Ora, diante de argumentos poderosos como os mencionados acima, não restaria nenhuma alternativa se não a de subtrair do texto de Austin todos aqueles trechos que demonstram vacilações, indecições, recuos etc., a fim de filtrar as poucas certezas e conclusões definitivas que, por sua vez, possam servir de base para, agora sim, a eventual elaboração de uma tese propriamente dita dos atos de fala - a tese para cujo aprimoramento o filósofo se empenhou durante tantos anos.

Para Austin, uma missão inacabada; para Searle, discípulo e autodenominado herdeiro intelectual, a honra e o dever de realizar o sonho do mestre. A aceitação da “leitura oficial” em meio à comunidade acadêmica é tamanha que livros didáticos introdutórios registram como fato consumado a idéia de que a contribuição de Searle, sobretudo na fase inicial (isto é, a de Searle 1969), se resume em dar o acabamento final e alguns retoques de última hora ao trabalho incompleto deixado por Austin. Ou seja, nos olhos do mundo acadêmico, Austin se realizou por intermédio e graças à dedicação e à determinação do seu discípulo preferido, John Searle.

Vejam os traços principais desse ‘acabamento’ efetuado por Searle. Diante da impossibilidade de sustentar a dicotomia inicial entre os enunciados constativos e enunciados performativos, o próprio Austin, como é sabido, deu o primeiro passo em direção a uma teoria mais ampla, mais global, de atos de fala⁴. Como

⁴ Na verdade, esta afirmação precisaria ser reformulada. Conforme procuro mostrar em Rajagopalan (1990), Austin não estava, em momento algum, interessado em produzir uma *teoria* bem acabada e definitiva. Ele até desconfiava de teses definitivas. Este fato foi destacado por Katz, para quem, “... the

é sabido também, o mestre nunca esteve plenamente satisfeito com as mudanças, pois não sabia bem como dar conta da dimensão veritativa que atos como o de afirmação continuavam a comportar, ainda que a força ilocucionária de um ato se distinguisse pela imunidade contra qualquer averiguação em termos de verdade e falsidade.

Com a missão auto-outorgada de pôr ordem no terreno, Searle sustenta que o cerne de um ato de fala deve ser um “conteúdo proposicional”. Entre os argumentos mais fortes em prol de sua tese está o fato de Austin nunca ter achado uma taxonomia satisfatória para os atos ilocucionários, fato este que Searle atribui ao descuido por parte de Austin de não postular nenhum conteúdo comum aos atos (Cf. Rajagopalan, 1984). Um outro argumento apontado por Searle é o de que, ao reinscrever no arcabouço austiniano a noção de “proposição” - velha conhecida da filosofia ocidental - estaria sendo reincorporada à tradição austro-anglo-americana de pensar filosófico, a tese inacabada de Austin.

Efetuada a manobra, torna-se fácil argumentar que, afinal de contas, Austin é um continuista em relação à tradição fregueana, de vez que toda a lógica de Frege estaria em perfeita sintonia com a Teoria dos Atos de Fala, que por sua vez, pode perfeitamente ser considerada como complementar e não competidora com respeito à tradição logicista. E por falar em logicismo e o sonho fregueano de dar conta de toda a linguagem com os recursos de formalismo e das leis da lógica, foi o próprio Searle quem acenou com possibilidades concretas quando, em co-autoria com o lógico canadense Daniel Vanderveken, publicou *The Foundations of Illocutionary Logic* (Searle e Vanderveken, 1985)⁵ como o encorajamento do trabalho iniciado em *Speech Acts*. (Searle, 1969).

A intervenção decisiva de Searle teve como principal consequência o efeito de assegurar que Austin permanecesse na respeitável tradição da Filosofia Analítica como um praticante exemplar - o fenômeno que chamei alhures de “domesticação” de suas idéias (Rajagopalan, 1994). Do ponto de vista institucional, os efeitos foram bem mais marcantes. A partir da leitura de Searle, foi possível “acoplar” toda a investigação austiniana no terreno dos atos de fala ao modelo de gramática em franca ascensão naquela época, a saber, a Gramática Gerativo-Transformacional (estamos nos referindo à década de 70). Pois, como chegaram a pleitear um grupo entusiasmado de linguistas na época, bastaria simplesmente acrescentar um nível ainda mais abstrato na análise na estrutura profunda de uma sentença, abrindo espaço para que o chamado “prefácio performativo” pudesse ser devidamente postulado bem no início da derivação sintática, antes mesmo que a primeira bifurcação do nóculo ‘S’ em um sintagma nominal e um sintagma verbal. E, pronto, tudo estaria resolvido. Conforme preconizava Searle, a teoria dos atos de fala estaria, não em conflito com a gramática, mas, sim, em perfeita harmonia. Descobre-se dessa forma que Austin foi, na verdade, um linguista, embora nunca tivesse sabido disso.

whole orientation of ... ordinary language philosophy [is] *anti-theoretical*” (ênfase acrescida) (Katz, 1966: 88).

⁵ Este livro não obteve uma boa recepção na comunidade acadêmica e algumas das resenhas foram bastante negativas. Em comunicação pessoal, o próprio Searle confessou não estar mais tanto entusiasmado quanto à linha de pesquisa.

O AUSTIN QUE RESISTE À “LEITURA OFICIAL”

Quais os aspectos do texto austiniano que foram deixados de lado, ou melhor, estrategicamente recalçados, para que suas idéias pudessem ser “adoçadas” e incorporadas à tradição filosófica dominante e ao pensamento lingüístico do momento? Em primeiro lugar, houve um grande esforço no sentido de minimizar os efeitos do estilo, da retórica, do humor, do modo narrativo de sua filosofia (Rajagopalan, 1992c). Já vimos as justificativas que foram utilizadas para suprimir tais efeitos que ameaçavam a meta consagrada da leitura oficial, a saber, a de encarar o texto de *How to Do Things with Words* como um tratado (ainda que mal-acabado) como manda o “figurino” da Filosofia Analítica. Jamais se quis saber por que o filósofo inglês tanto insistiu naquele estilo jocoso e irreverente, próprio de quem não se preocupa com o desfecho das suas reflexões. Jamais foi levada a sério a pergunta que certamente passou pela cabeça de qualquer leitor do texto austiniano: “Será que este inglês espertalhão, gozador incansável, não está brincando com a nossa inteligência, dando-nos a impressão de que esteja prestes a formular uma tese filosófica da maior importância, mas logo em seguida, desapontando-nos dizendo que era preciso começar tudo outra vez a partir da estaca zero - e, o que é pior, rindo à toa o tempo todo por detrás das nossas costas!”

Fora do “Establishment”, houve quem fizesse perguntas do gênero. Esses leitores concentram-se justamente naqueles elementos do texto de Austin que foram negligenciados ou totalmente ignorados pela leitura oficial. Por exemplo, Stanley Cavell (1995), da Universidade de Harvard, deixou-se impressionar pelos ecos que escutou no texto austiniano de vozes de autores menos esperados como Ralph Waldo Emerson e William Shakespeare. Jacques Derrida detectou as marcas do discurso jurídico que subjazem às reflexões do filósofo, chegando a especular se não estaria Austin o tempo todo preocupado com a dimensão ética das suas próprias preocupações. Stanley Fish e Barbara Johnson, por sua vez, concentram-se no estilo descontraído do filósofo, sendo que o primeiro enfoca as indecisões e freqüentes reviravoltas que marcam o texto de *How to Do Things with Words*, enquanto a segunda chama a atenção para a metáfora de teatro que domina praticamente toda a terminologia nova que Austin propõe (‘ato’, ‘performativo’, ‘máscara’ etc.) no mesmo instante em que condena como não-sério o discurso produzido no palco ou na poesia. O que empolga leitores como Shoshana Felman e John Forrester é o aspecto sedutor da retórica austiniana, como também as várias questões de interesse do ponto de vista psicanalítico que suas reflexões suscitam.

Uma discussão mais detida e detalhada dessas leituras heterodoxas terá que ser descartada por hora diante da escassez do espaço. Convém ressaltar, porém, dois aspectos dessas leituras: primeiro, em termos quantitativos, elas são tão numerosas quanto os esforços individuais (em grande parte, na forma de remendos e retoques) que se deram ao reboque daquilo que chamei de a “leitura oficial”; segundo, quase sem exceção, todas elas se deram fora do âmbito estrito da Filosofia Analítica. O que talvez explique por que tais leituras tiveram, até agora, pouco impacto sobre os rumos da Lingüística, posto que, conforme observamos no início deste trabalho, a principal fonte

de inspiração para a lingüística contemporânea, sobretudo em suas subáreas como a Semântica e a Pragmática, tem sido, nos últimos tempos, a Filosofia Analítica.

A filosofia analítica, fortemente influenciada pelo Positivismo Lógico, destaca-se pela ênfase na análise conceitual, método eleito como o único procedimento para solucionar todos os problemas filosóficos. Os “conceitos” são entes de pura cognição (ou, “intelecção”, para lembrar o termo em voga nos outros tempos), desvinculados, portanto, de qualquer materialidade que seria própria às palavras que se encarregam de veiculá-los. Donde a tendência de fincar o conceito de conceito nos assim chamados “universais”.

Austin, como aliás declara no próprio título de sua obra prima, se propõe a abordar a questão de “como fazer coisas com as palavras”. Estão sob a sua mira as próprias palavras em toda a sua materialidade e historicidade (Rajagopalan, 1993); eles não são - como encaravam-nos os filósofos analíticos dos mais ferrenhos entes secundários que só se interessam enquanto materializações corpóreas dos conceitos. Ademais, elas são objetos, como diz Austin reiteradas vezes, a serem encontrados nos dicionários, e não apanhados com cuidado dos arquivos mentais dos filósofos em momentos de contemplação solene.

O AUSTIN DA LEITURA HETERODOXA E AS POSSÍVEIS LIÇÕES PARA A CIÊNCIA DA LINGUAGEM, A LINGÜÍSTICA

Cabe aqui, antes de mais nada, um alerta. O nome de Austin se acha freqüentemente associado, não sem procedência, ao ramo da Filosofia Analítica conhecido como a Filosofia Lingüística (Linguistic Philosophy), movimento que floresceu na Inglaterra em meados do século corrente, em grande parte, em reação ao Atomismo Lógico que imperou nas décadas anteriores. Os outros nomes mais destacados ligados à Filosofia Lingüística são os de Gilbert Ryle e Ludwig Wittgenstein (este último também teve participação decisiva no desenvolvimento do Atomismo Lógico numa fase anterior da sua trajetória). A Filosofia Lingüística (que não deve ser confundida com a Filosofia *da* Lingüística, que é a filosofia de ciência dirigida à Lingüística) se distingue da Filosofia da Linguagem, a despeito das óbvias ligações. A primeira aposta em que todos os problemas da filosofia podem ser resolvidos a partir de uma análise criteriosa das palavras, com destaque às que fazem parte da nossa linguagem corriqueira; a segunda, a Filosofia da Linguagem, tem como meta focar a linguagem, encará-la como o próprio objeto de estudo filosófico. Como a chamada “virada lingüística” (linguistic turn) promovido pelo filósofo alemão Gottlob Frege, a linguagem passou a ocupar lugar de destaque na atenção dos filósofos, de modo que é possível dizer que, a partir da virada do século XIX, o campo da Filosofia da Linguagem tornou-se praticamente co-extensivo ao do da própria Filosofia.

O alerta que faço é contra a seguinte armadilha de raciocínio: pois, alguém pode argumentar que os ‘Filósofos Lingüísticos’ (isto é, aqueles que seguem a linha de ‘Filosofia Lingüística’ - termo não muito divulgado em português) se distinguem dos demais filósofos *apenas* em razão da sua insistência em começar a investigação

filosófica a partir de uma análise da linguagem, para quem sabe, posteriormente, poder desvendar os mistérios dos conceitos subjacentes a palavras. Ora, dentro dessa ótica, Austin enquanto ‘filósofo lingüístico’, estaria somente pleiteando a análise de palavras como um primeiro passo e, conseqüentemente, o estudo da linguagem como um meio de estudo filosófico, e não um objeto propriamente dito.

Completo engano! Pois, embora seja autor de célebres frases de efeito como “A linguagem ordinária nos fornece a primeira pista, mas nem sempre a última” (Austin, 1956: 182), Austin também chegou a declarar com todas as letras que não fazia menor idéia que tipo de coisa fossem os conceitos e, muito menos ainda, os tão-decantados “universais” que historicamente foram sempre invocadas na explicação destes (Austin, 1939:45). Ou seja, no entender de Austin, a filosofia havia de se contentar com o estudo minucioso do comportamento de palavras que se encontram na linguagem ordinária, porque esta se constitui em um verdadeiro depósito de todo um pensar filosófico que o ser humano vem desenvolvendo desde os primórdios dos tempos, um depósito que abriga todas as distinções que, em algum momento histórico, serviu a propósitos específicos.

É evidente que o Austin que começa a emergir do tipo das considerações feitas nesses últimos parágrafos é irreconhecivelmente diferente daquela caricatura estampada na leitura oficial. É, no mínimo, um problematizador, alguém cujas idéias se revelam visceralmente conflitantes com respeito a certos dogmas da Filosofia Analítica e da Lingüística contemporânea. Por certo, foi por meio de uma violência interpretativa escacancarada que os pensamentos de um filósofo que desconfiava até mesmo dos conceitos e dos universais vieram ser, em nome de meros “retoques finais” e de uma revisão puramente formal, interpretados como desembocando numa teoria, em cujo arcabouço estariam, pasmem, nada mais e nada menos que os “conteúdos proposicionais”, entes translingüísticos que servem como portadores de valores veritativos.

Por que devemos, na qualidade de lingüistas, escutar a voz deste outro Austin que a “leitura oficial” de sua obra nos impediu de ouvir? A resposta é simples: O Austin que Searle e seus epígonos não quiseram ouvir e não quiseram que outros ouvissem traz à tona uma série de questões, quase todas milenares, porém nunca resolvidas de forma satisfatória, acerca da linguagem. E o que é mais impressionante ainda, dos escritos de Austin podem ser apreendidas algumas das idéias mais originais e ousadas, e por incrível que pareça, atuais a respeito dessas questões fundamentais. A seguir, em poucas palavras, abordarei o tema da atualidade do pensamento austiniano e sua relevância para as grandes questões que concernem as áreas de conhecimento que, de uma forma ou de outra, lidam com o fenômeno da linguagem.

Sabemos que, um pouco antes do fim do século XIX, a Filosofia se viu atravessando um período de transformação profunda. A epistemologia, que nos séculos anteriores fora a principal preocupação (além, é claro, da ontologia) dos filósofos, cedeu lugar para a questão semântica. É a famosa “virada lingüística”, assim batizada pelo filósofo norte-americano Richard Rorty. Com Frege, o autor dessa façanha, percebeu-se que não havia como estabelecer um contato direto entre a palavra e a coisa, sonho de toda a filosofia desde Platão. A referência (*Bedeutung*), a ligação com o

mundo, tinha de passar antes pelo filtro do sentido (*Sinn*), pois a primeira se dava em função do segundo, e jamais ao contrário. Ora, pela primeira vez após Kant, a filosofia estava encarando para valer o caráter envolvente da linguagem humana, isto é, a impossibilidade de pensar o mundo sem a intermediação da linguagem.

Ocorre que a virada lingüística de Frege foi apenas um começo; ela era destinada a ter desdobramentos, ao que tudo indica, jamais vislumbrados pelo sábio alemão. Uma vez que a questão de significação fora colocada no centro da atenção filosófica, não faltavam muitos passos para que os filósofos começassem a perceber que a linguagem simplesmente não poderia continuar a ser encarada como um meio, em condições ideais perfeitamente transparente, através do qual se possa ter um contato com o mundo. Segundo a metafísica milenar, a transparência da linguagem seria a nossa garantia de acesso sem distorções ao mundo real, lá fora. Com a mudança em curso no campo da filosofia, percebeu-se que a tão-condenada “opacidade” da linguagem (tradicionalmente atribuída à redação escolar malfeita e, não menos freqüentemente, ao estilo do poeta, mestre em prevaricação e emprego de linguagem “tortuosa”) não é um mal que deve ser evitado; mas a condição natural e própria da linguagem, em todas as suas manifestações e empregos, que por sua vez, longe de ser um mero veículo encarregado de transporte dos significados, cheio de artimanhas e comportamentos imprevistos, é quase sempre resistente ao mando do seu usuário. A linguagem, em outras palavras, não é mais um simples instrumento, mas um fenômeno poderoso em si, alheio à vontade humana e, freqüentemente, às suas intenções (e pretensões) conscientes. “A linguagem nos fala,” como chegou a sintetizar o novo pensamento, o filósofo alemão Martin Heidegger.

“Ça pense,” o autor dessa célebre afirmação críptica e enigmática é, como é sabido, o psicanalista Jacques Lacan que, raciocinando de forma análoga a Heidegger, identifica no inconsciente freudiano a fala do Outro. Desfaz-se, dessa forma, a autonomia do sujeito e a certeza, o consolo, proveniente do “cógito” cartesiano. Por outro lado, com a idéia sem fim dos significantes que a linguagem nos impõe, fica definitivamente descartada toda a esperança de “ancorar” a linguagem em qualquer espécie de significado transcendental.

Não seria difícil demonstrar que a psicanálise representa um estágio muito pontual no desenvolvimento da filosofia ocidental, embora os indícios mais claros nesse sentido sejam detectáveis, não na tradição analítica, mas na vertente denominada “continental” (a perspectiva é dos ingleses, que costumam referir-se ao resto da Europa como “the Continent”), ou mais precisamente, no pensamento de filósofos como Heidegger e, no momento atual, de pensadores como Jacques Derrida. Quem advoga essa tese com bastante poder de persuasão é Stanley Cavell (1987), para quem a psicanálise se constitui em “a realização (fulfillment) da filosofia” - a despeito das reiteradas tentativas do próprio Freud no sentido de dissociar seu trabalho da tradição filosófica.

Evidentemente, seria ingênuo afirmar que a figura de J.L. Austin, isto é, aquela que a leitura oficial se esforçou para esconder de nós, aglutina em torno de si todas essas tendências e perspectivas que vêm despontando no horizonte acadêmico. por outro lado, o simples fato de seus pensamentos terem despertado tanto interesse em áreas de conhecimento tão variadas é em si um fator que pede para ser levado em consideração quanto a qualquer especulação a respeito dos futuros rumos da

Linguística. Quem sabe, dessa forma, a “ciência da linguagem” dos sonhos de Austin (Ver a Epígrafe deste trabalho) esteja, enfim, prestes a traduzir-se em realidade - “graças,” como imaginava o filósofo inglês, “a esforços conjugados de filósofos, gramáticos, e muitos outros estudiosos da linguagem”.

Um possível argumento contra uma linguística de inspiração genuinamente austiniana (em oposição à leitura de Austin motivada pelos interesses institucionais da Linguística) teria a seguinte forma: “Por que devemos nos preocupar com questões historicamente alheias aos interesses mais específicos da Linguística que, desde os tempos dos antigos gregos ou de Panini, sempre manteve como objetivo principal, se não único, a construção de gramáticas das línguas naturais, ou em momentos de maior autoconfiança e ambição, a construção de ‘uma gramática de todas as gramáticas’, a chamada ‘gramática universal’? Por que repensar as metas consagradas de uma disciplina, se até agora nada parece indicar que os atuais rumos estejam esgotados ?

A meu ver, o melhor modo de abordar a pergunta acima é colocar em discussão um dos pressupostos que sustenta a própria pergunta. Trata-se da idéia de que uma área de estudo qualquer - como a Linguística - deve ter alguns princípios doutrinários inegociáveis, sob pena de não poder garantir sua própria sobrevivência institucional. Ora, para facilitar a discussão, seja tal princípio o de que a Linguística jamais pode e deve abdicar seu perfil de uma *ciência* da linguagem, sendo que não é qualquer tipo de investigação que pode ser caracterizada como verdadeiramente científica. Ocorre que o próprio termo ‘ciência’ comporta muitas definições, muitas das quais são incompatíveis entre si. Dito de outra forma, o que vem a ser uma ciência é uma questão a ser decidida invariavelmente por aqueles que, naquele momento histórico em que a questão é colocada em discussão, são considerados como estudiosos exemplares daquela área de estudo.

Não nos esqueçamos também de que os momentos mais vibrantes da história recente da Linguística foram aqueles em que houve uma vontade de enfrentar questões mais amplas e gerais, quando se evidenciou um grande interesse em dialogar com as demais áreas de conhecimento, não pondo obstáculos de antemão quanto ao tipo de questões abertas a discussão. Foi o que aconteceu com a revolução chomskiana que fez sentir seu impacto em áreas tão diversas como a psicologia, a biologia, a filosofia, a matemática, a teoria de informação, a inteligência artificial etc. Isso se deu precisamente em virtude de grandes debates que mobilizaram além dos linguistas, filósofos, matemáticos, psicólogos, biólogos etc. Ainda a título de mais um exemplo, convém lembrar que não foi por acaso que, no início deste século, a Linguística foi unanimemente acolhida como a Rainha das ciências humanas, fornecendo o modelo de análise e conduta metodológica para outras áreas de estudo como a antropologia, sociologia, psicologia etc. Foi graças à variedade e à amplitude das questões que foram suscitadas pela intervenção de Saussure, Jakobson e outros, num cenário que não conhecia discussões de tal magnitude havia já um bom tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, J.L. (1939). Are there a priori concepts? Em J.L. Austin (1961). Pp. 32-54.
- _____. (1956). A plea for excuses. Em J.L. Austin (1961). Pp. 175-204.
- _____. **Philosophical Papers**. Londres: Oxford University Press, 1961.
- _____. **How to Do Things with Words**. Oxford: Clarendon Press, 1962a.
- _____. **Sense and Sensibilia**. Oxford: Clarendon Press, 1962b.
- CAVELL, S. Freud's philosophy: a fragment. **Critical Inquiry**. Vol. 13. Nº 2. 1987, pp. 386-393.
- _____. **Philosophical Passages: Wittgenstein, Emerson, Austin, Derrida**. Oxford: Blackwell, 1995.
- HABERLAND, H. e J. MEY. Editorial: linguistics and pragmatics. **Journal of Pragmatics**. Vol. 1. nº 1, 1977, pp. 1-12.
- KATZ, J.J. **The Philosophy of Language**. New York: Harper & Row, 1966.
- RAJAGOPALAN. K. Sobre a eficácia comunicativa dos verbos performativos no negativo. **Série Estudos**. 9. 1983, pp. 30-38.
- _____. Ato ilocucionário de denegação como conceito chave explicação de alguns problemas ligados à interação entre negação e quantificação. **Anais do VIII Encontro Nacional de Linguística**. 1984, pp. 21-27.
- _____. Atos ilocucionários como jogos da linguagem. **Estudos Linguísticos**. XVIII, 1989, pp. 523-530.
- _____. Dos dizeres diversos em torno do fazer. **D.E.L.T.A.** Vol. 6, Nº2, 1990, pp. 223-254.
- _____. Austin: um exercício em desconstrução. Em Souza Campos, O.G.(Org.). **Semântica: Prima Pobre?** Araraquara: UNESP, 1991, pp.3 - 27.
- _____. A irredutibilidade do ato ilocucionário como fator inibidor das tentativas taxonômicas. **D.E.L.T.A.** Vol. 8. Nº 1, 1992a, pp. 91-133.
- _____. Ilocução. locução, a forma linguística. Em M.S.Z. Paschoal e M.A.A. Celani (Orgs.). **Linguística Aplicada: Da Aplicação da Linguística à Linguística Transdisciplinar**. São Paulo: Educ, 1992b, pp. 307-324.
- _____. A insustentável seriedade de leveza: uma análise desconstrutivista do humor de J.L. Austin. **D.E.L.T.A.** Vol. 8. Nº 2, 1992c, pp.291-302.
- _____. On listening for Nietzschean echoes in J.L. Austin's philosophical discourse. **Letras & Letras**. Vol. 10. Nº 1 e 2, 1994, pp. 89-106.
- SEARLE, J.R. **Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- _____. Linguistics and the philosophy of language. In R. Bartsch and T. Vennemann (Eds.). (1975). **Linguistics and Neighboring Disciplines**. Amsterdam: North-Holland Publishing Co. 1975.
- SEARLE, J.R. e VANDERVEKEN. **Foundations of Illocutionary Logic**. Dordrecht-Holland: D. Reidel Publishing Co. 1985.
- WALTON, D. N. **Informal Fallacies**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co. 1987.